

COLEÇÃO FÓRUM

**MENEZES  
NIEBUHR**

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

**LICITAÇÃO PÚBLICA  
E CONTRATO ADMINISTRATIVO**

7ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

© 2008 1ª edição Zênite  
 © 2011 2ª edição Editora Fórum Ltda.  
 2013 3ª edição  
 2015 4ª edição  
 2022 5ª edição  
 2023 6ª edição  
 2024 7ª edição

COLEÇÃO FÓRUM

**MENEZES  
 NIEBUHR**

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FÓRUM**  
 CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
 Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
 Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N665l	Niebuhr, Joel de Menezes
	Licitação pública e contrato administrativo / Joel de Menezes Niebuhr. -- 7. ed. --. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
	1269 p. 17x24cm ISBN 978-65-5518-677-2
	1. Direito. 2. Direito administrativo. 3. Licitações. 4. Contratos administrativos. I. Título.
	CDD: 342 CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 1269 p. ISBN 978-65-5518-677-2.

1261127

## SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

## REGIME CONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO..... 33

1	A supremacia constitucional sobre a licitação pública e o contrato administrativo.....	33
2	Normas constitucionais sobre licitação pública e contrato administrativo .....	34
2.1	Caput do artigo 5º da Constituição Federal: o princípio da isonomia como gênese da licitação pública.....	34
2.2	A licitação pública diante da tensão entre as formalidades decorrentes do princípio da isonomia e da proteção ao interesse público e a busca pela proposta mais vantajosa .....	37
2.3	Inciso XXVII do artigo 22 da Constituição Federal .....	41
2.4	Inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.....	41
2.4.1	Obrigatoriedade de licitação pública e excepcionalidade da contratação direta.....	42
2.4.2	Intangibilidade da equação econômica e financeira .....	44
2.4.3	Princípio da competitividade.....	45
2.5	Inciso III do §1º do artigo 173 da Constituição Federal.....	46
2.6	Caput do artigo 175 da Constituição Federal .....	47

## CAPÍTULO 2

## REGIME LEGAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO..... 53

1	Legislação sobre licitação pública e contrato administrativo .....	53
1.1	A competência da União para dispor sobre as normas gerais de licitação pública e contrato administrativo.....	53
1.2	O regime “antigo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011 .....	55
1.3	O regime de licitação pública e contrato das empresas estatais: Lei nº 13.303/2016 .....	56
1.4	Legislação esparsa sobre licitação pública e contrato administrativo.....	57
1.5	O regime “novo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei nº 14.133/2021 .....	57
2	Vigência da Lei nº 14.133/2021 e regime de transição .....	58
2.1	Vigência .....	58
2.2	Período de convivência entre a Lei nº 14.133/2021 e o regime antigo.....	58
2.3	A vedação à combinação entre os regimes novo e antigo de licitação pública e contrato administrativo.....	60
2.4	O regime de transição dos contratos.....	62

2.5	Licitações sob o regime antigo iniciadas e não concluídas no biênio .....	64
2.6	Contratação direta.....	70
2.7	A revogação imediata dos crimes da Lei nº 8.666/1993 .....	71
2.8	Regras especiais para municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes .....	72
2.9	Regulamentação .....	73
3	Entidades obrigadas a realizar licitação pública.....	75
3.1	Administração direta e indireta .....	75
3.1.1	Exceções à regra da obrigatoriedade de licitação para entidades da Administração direta e indireta .....	76
3.2	Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias .....	78
3.3	Entidades do terceiro setor .....	80
3.4	Conselhos profissionais.....	84
3.5	Ordem dos Advogados do Brasil .....	85
3.6	Serviços sociais autônomos .....	86

### CAPÍTULO 3

#### PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....

		91
1	Princípios jurídicos .....	91
2	Princípios jurídicos da licitação pública e do contrato administrativo.....	97
3	Princípio da isonomia.....	98
4	Princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da celeridade .....	99
5	Princípio da legalidade.....	103
6	Princípio da vinculação ao edital .....	104
7	Princípios da moralidade e da probidade .....	107
8	Princípio da publicidade .....	109
9	Princípio da competitividade .....	111
10	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	113
11	Princípio do julgamento objetivo.....	115
12	Princípio da impessoalidade .....	115
13	Princípio da segregação de funções .....	116
14	Princípio do planejamento .....	121
15	Princípio da segurança jurídica .....	123
16	Princípio do interesse público.....	126
17	Princípio da motivação.....	129
18	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável .....	132

### CAPÍTULO 4

#### PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA .....

		135
1	As modalidades de contratação direta: inexigibilidade e dispensa de licitação pública.....	135
2	A norma constitucional que reconhece a licitação pública como regra e a contratação direta como exceção .....	137

3	Processo de contratação direta .....	141
4	Os agentes que devem participar da condução de processo de contratação direta .....	143
5	Definição do objeto da contratação direta.....	145
6	Projeto básico para contratação emergencial.....	146
7	Estimativa de despesas e previsão de recursos orçamentários.....	149
8	Seleção do contratado.....	152
8.1	O direito dos interessados de apresentarem propostas em processo de contratação direta .....	155
8.2	Qualificação do contratado.....	157
9	Parecer jurídico.....	158
10	Autorização da autoridade competente.....	159
11	Publicação.....	159
12	Dispensa de licitação eletrônica.....	159

## CAPÍTULO 5

	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	165
1	Considerações gerais .....	165
2	Exclusividade do contratado .....	166
2.1	Abrangência da exclusividade para compras, serviços e todos os gêneros de contratação em que se verifique a exclusividade.....	166
2.2	A compreensão dos diversos tipos de singularidade.....	167
2.3	O critério administrativo para a definição do objeto exclusivo .....	169
2.4	Limitação geográfica da exclusividade.....	177
2.5	Comprovação da exclusividade .....	178
2.5.1	Comprovação da exclusividade por meio de cartas patentes .....	184
3	Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos .....	189
4	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular .....	196
4.1	Considerações gerais .....	196
4.2	A lista de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual é meramente exemplificativa.....	197
4.3	A distinção entre serviços exclusivos e serviços singulares .....	198
4.4	A obrigatoriedade da qualificação do serviço como singular diante da redação do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.....	201
4.5	Notória especialização .....	209
4.6	Inexigibilidade para contratação de serviços jurídicos ou advocatícios .....	215
4.6.1	Excepcionalidade da contratação de advogados estranhos aos quadros da Administração Pública.....	217
4.6.2	A jurisprudência sobre a contratação de advogados por inexigibilidade de licitação pública.....	222
4.6.3	A presunção de singularidade dos serviços advocatícios prestados por notórios especialistas prescrita no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.904/1994).....	228
5	Inexigibilidade em decorrência de credenciamento.....	234

5.1	A hipótese tradicional de credenciamento diante da ausência de relação de exclusão .....	234
5.2	A hipótese de credenciamento para objetos inseridos em mercados fluidos.....	241
5.3	Procedimento de credenciamento.....	242
6	Inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel.....	246
7	Inexigibilidade em contratos interadministrativos .....	250
7.1	Autarquias e fundações.....	251
7.2	Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	252
7.2.1	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para a prestação de atividade econômica em sentido estrito .....	253
7.2.2	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para a prestação de serviços públicos.....	254
7.2.3	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para prestarem atividades administrativas instrumentais.....	255
7.3	Concessionário e permissionário de serviço público .....	259

## CAPÍTULO 6

	DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA.....	261
1	Considerações gerais .....	261
2	Dispensa em razão do valor do contrato .....	263
2.1	Noções gerais.....	263
2.2	Desproporcionalidade dos valores prescritos pelo legislador .....	265
2.3	Valor-limite de dispensa de licitação é norma geral? .....	268
2.4	Conceito de obras e serviços de engenharia .....	270
2.5	Previsão casuística e arbitrária dos serviços de manutenção de veículos automotores no inciso I do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 .....	271
2.6	Conceito de serviços de manutenção de veículos automotores.....	272
2.7	Fracionamento indevido do objeto .....	274
2.8	Fracionamento indevido do objeto para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores .....	278
2.9	Situações imprevisíveis.....	280
2.10	As alterações contratuais e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 .....	281
2.11	A prorrogação de contratos e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 .....	283
2.12	Dispensa de licitação em razão do valor do contrato e a preferência a microempresas e empresas de pequeno porte .....	284
3	Dispensa em razão de licitação fracassada .....	286
4	Dispensa em razão do objeto .....	289
4.1	Peças para manutenção de equipamentos .....	289
4.2	Acordo internacional .....	290
4.3	Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	292
4.4	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.....	293

4.5	Gêneros perecíveis .....	295
4.6	Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional .....	296
4.7	Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas .....	296
4.8	Dispensa para atender contingentes militares empregados em operação de paz .....	297
4.9	Dispensa para atender a efetivos militares em estada de curta duração .....	298
4.10	Dispensa para a contratação de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis .....	298
4.11	Dispensa para a aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos.....	299
4.12	Dispensa para contratação de objetos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas conforme a Lei de Combate às Organizações Criminosas .....	300
4.13	Dispensa para a aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças raras.....	300
5	Dispensa para contratação de inovação e pesquisa científica e tecnológica .....	301
6	Dispensa para contratação que possa comprometer a segurança nacional.....	303
7	Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem .....	304
8	Dispensa em razão de emergência .....	305
8.1	Noções gerais .....	305
8.2	Caracterização da situação emergencial.....	309
8.3	Emergência provocada pela desídia de agentes administrativos.....	312
8.4	Preço de contratos emergenciais.....	313
8.5	Prazo do contrato firmado em razão de situação emergencial .....	315
9	Dispensa para contratos interadministrativos.....	318
10	Dispensa para intervenção no domínio econômico .....	319
11	Dispensa para a celebração de contratos de programa.....	320
12	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) .....	321
13	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critério de técnica .....	322
14	Dispensa para a contratação de associação de portadores de deficiência física .....	323
15	Dispensa para a contratação de instituição de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação.....	324
16	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação dedicada a apoiar a Administração Pública .....	327

## CAPÍTULO 7

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA PARA A DISPOSIÇÃO DE BENS PÚBLICOS .....		331
1	Considerações gerais .....	331
2	Dação em pagamento.....	333
3	Doação.....	334
4	Permuta.....	338
5	Investidura .....	340
5.1	Investidura para imóveis lindeiros.....	341
5.2	Investidura para imóveis anexos a usinas hidrelétricas .....	343

6	Venda de bens a outro órgão administrativo.....	344
7	Imóveis utilizados em programas de interesse social.....	345
8	Outras questões fundiárias .....	348
9	Venda de ações e de títulos.....	350
10	Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades administrativas.....	350
11	Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível .....	352
12	Concessão de direito real de uso .....	352

## CAPÍTULO 8

	<b>LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA.....</b>	<b>355</b>
1	Panorama geral sobre a utilização das licitações e contratos como instrumentos de políticas públicas.....	355
1.1	A promoção de políticas públicas como uma das finalidades das licitações e contratos administrativos .....	355
1.2	Ressalvas em relação à utilização das licitações e contratos administrativos como instrumentos de política pública .....	357
1.3	A promoção de políticas públicas na Lei nº 14.133/2021.....	362
2	Regime de privilégios concedidos em favor das microempresas e empresas de pequeno porte.....	365
2.1	Breve contextualização normativa .....	365
2.1.1	Órgãos e entidades administrativas obrigadas a conceder os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte .....	367
2.1.2	As discussões sobre a constitucionalidade dos privilégios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte .....	368
2.2	O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte e as fraudes recorrentes .....	368
2.2.1	O enquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta.....	368
2.2.1.1	O desenquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta.....	370
2.2.1.2	Direito à revisão do contrato em razão da exclusão do regime das microempresas e empresas de pequeno porte.....	373
2.2.2	O enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte coligadas ou congêneres .....	374
2.2.3	Os limites para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 em licitações e contratos administrativos prescritos na Lei nº 14.133/2021 .....	376
2.2.4	As fraudes recorrentes.....	378
2.3	Regularidade fiscal e trabalhista .....	383
2.4	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte em licitação pública.....	387
2.4.1	A aplicação do direito de preferência nas licitações julgadas pelo critério da técnica e preço e a não aplicação em relação às licitações julgadas pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico .....	388

2.4.2	Procedimento para o exercício do direito de preferência .....	389
2.4.3	Procedimento para o direito de preferência nas licitações julgadas sob o critério da técnica e preço .....	390
2.5	Tratamento diferenciado e simplificado .....	391
2.5.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte e sua inconstitucionalidade.....	392
2.5.2	Licitação exclusiva deserta.....	394
2.5.3	Definição de licitação exclusiva em licitação para registro de preços com quantitativos previstos para órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes .....	395
2.5.4	Licitação com cota reservada e sua inconstitucionalidade.....	397
2.5.4.1	A cota reservada de até 25% deve ser limitada a R\$80.000,00.....	398
2.5.4.2	Cota reservada e registro de preços ou compras com entregas parceladas .....	402
2.5.4.3	Licitação exclusiva ou com cota reservada não autoriza sobrepreço.....	403
2.5.5	Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte e sua inconstitucionalidade.....	405
2.5.6	Prioridade do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente .....	408
2.5.7	Hipóteses excludentes do tratamento diferenciado e simplificado.....	411
2.5.7.1	Inexistência de três microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências do edital .....	411
2.5.7.2	Desvantagem do tratamento diferenciado e simplificado.....	413
2.5.8	Licitação dispensável ou inexigível.....	415
2.6	Cédula de crédito microempresarial .....	417
2.7	A apresentação de balanço patrimonial por parte das microempresas e empresas de pequeno porte como condição de habilitação .....	418
3	Licitações sustentáveis sob a perspectiva ambiental/ecológica .....	419
4	Margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais .....	424
4.1	Discricionariedade para a aplicação da margem de preferência.....	425
4.2	A definição da margem de preferência.....	426
4.3	Medidas de compensação .....	428
5	A preferência para bens e serviços de informática nacionais.....	429
5.1	Preferência e restrição de acesso às licitações e contratos administrativos em favor de bens e serviços de informática nacionais.....	429
5.2	Inconstitucionalidade da restrição de acesso à licitação apenas aos que cumprem o Processo Produtivo Básico.....	432
5.3	Entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o Processo Produtivo Básico e sobre a inconstitucionalidade da restrição de acesso às licitações e contratos administrativos.....	433
5.4	O direito de preferência previsto no Decreto n° 7.174/2010.....	438
6	A concorrência entre preferências .....	438

## CAPÍTULO 9

<b>ETAPA PREPARATÓRIA</b> .....	<b>443</b>
1 O princípio do planejamento e a etapa preparatória das licitações e dos contratos administrativos.....	443
2 A inspiração burocrática disfuncional .....	444
3 Governança .....	446
3.1 Governança pública.....	447
3.1.1 Governança de acordo com a Lei nº 14.133/2021.....	449
3.1.2 Governança de acordo com a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021 .....	452
4 Plano de Contratações Anual.....	453
5 Estudo técnico preliminar .....	458
5.1 A obrigatoriedade do estudo técnico preliminar.....	460
5.2 Não obrigatoriedade de publicação do estudo técnico preliminar como anexo ao edital.....	462
6 Documentos técnicos que devem acompanhar o edital .....	463
6.1 Termo de referência .....	463
6.2 Projeto básico .....	466
6.2.1 Adequado tratamento do impacto ambiental.....	468
6.3 Projeto executivo .....	469
6.4 Anteprojeto.....	470
7 Condicionantes da Lei nº 14.133/2021 sobre o objeto das licitações e dos contratos administrativos.....	471
7.1 Descrição do objeto da licitação.....	471
7.2 Proibição de aquisição de artigos de luxo .....	474
7.3 Aderência às normas técnicas e certificações .....	475
7.4 Padronização.....	477
7.5 Exigência de marcas.....	480
7.6 Carta de solidariedade do fabricante.....	483
7.7 Previsão de quantitativos.....	484
7.8 O princípio do parcelamento do objeto, adjudicação por itens, lotes ou preço global .....	485
7.9 Contratação simultânea.....	490
8 Orçamento estimado e adequação orçamentária .....	491
8.1 A importância do orçamento estimado .....	491
8.2 Orçamento estimado e preço máximo.....	492
8.3 Momento de definir o orçamento estimado.....	493
8.4 Procedimento para realizar a pesquisa de preços .....	495
8.5 Critério para definir o orçamento estimado .....	500
8.6 Orçamento estimado em obras e serviços de engenharia .....	502
8.7 Orçamento estimado em contratação integrada e semi-integrada.....	504
8.8 Orçamento estimado em contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) .....	505

8.9	Orçamento estimado em contratação de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva .....	506
8.10	A competência discricionária para decretar o sigilo sobre o orçamento estimado.....	506
8.11	Adequação orçamentária .....	508
8.12	Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	509
9	Definição do regime de execução .....	510
9.1	Considerações gerais .....	510
9.2	Empreitada por preço unitário e global.....	511
9.3	Empreitada integral .....	514
9.4	Tarefa.....	515
9.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada .....	515
9.5.1	Contratação integrada .....	517
9.5.1.1	Requisitos para a utilização da contratação integrada.....	519
9.5.2	Contratação semi-integrada .....	523
9.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	525
10	Edital .....	527
10.1	Motivação circunstanciada das condições do edital .....	528
11	Análise de risco e matriz de risco .....	529
11.1	Análise de risco do metaprocesso de contratação pública .....	529
11.2	Análise de riscos dos processos específicos de contratação pública .....	531
11.3	Matriz de alocação de riscos.....	532
12	Procedimento de manifestação de interesse.....	536
13	Aprovação jurídica.....	538

## CAPÍTULO 10

<b>COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS AGENTES ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM EM LICITAÇÃO PÚBLICA .....</b>		<b>541</b>
1	Administração Pública do medo .....	541
2	A importância da LINDB em relação à responsabilização de agentes públicos e a frustração de suas normas em razão da interpretação dos órgãos de controle .....	546
3	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas .....	553
3.1	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.520/2002 .....	553
3.2	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 .....	555
3.3	Autoridade competente .....	555
3.3.1	Quem é a autoridade competente? .....	555
3.3.2	As atribuições da autoridade competente.....	557
3.3.2.1	A designação dos agentes administrativos por parte da autoridade competente.....	558
3.3.3	Responsabilidade da autoridade competente.....	560
3.4	Agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação.....	565
3.4.1	Designação da comissão de licitação .....	568

3.4.2	A designação do agente de contratação e pregoeiro e a obrigatoriedade de serem servidores efetivos ou empregados públicos integrantes dos quadros permanentes da Administração Pública .....	569
3.4.3	Regras para a designação de comissão de contratação, agente de contratação e pregoeiro .....	572
3.4.4	As atribuições do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação .....	573
3.4.5	A responsabilidade do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação .....	577
3.5	Equipe de apoio .....	580
3.6	Assessoria jurídica .....	581
3.6.1	Atribuições da assessoria jurídica .....	581
3.6.2	Dispensa de análise jurídica .....	582
3.6.3	O conteúdo do parecer jurídico .....	584
3.6.4	O parecer jurídico não é vinculante .....	587
3.6.5	A responsabilidade do assessor jurídico pela emissão de parecer jurídico .....	588
3.6.5.1	A inviolabilidade constitucional dos advogados por seus atos e manifestações no exercício da profissão .....	588
3.6.5.2	O protagonismo do artigo 184 do Código de Processo Civil: advogados públicos somente podem ser responsabilizados em razão dos seus atos e manifestações no exercício da profissão em casos de dolo ou fraude .....	590
3.6.5.3	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	592
3.6.5.4	A jurisprudência do Tribunal de Contas da União .....	595
3.6.6	A responsabilidade dos agentes administrativos que decidem com base em pareceres jurídicos .....	599
3.7	O dever da advocacia pública de promover a defesa de agentes administrativos que atuaram em estrita observância de orientação constante de parecer jurídico .....	603
3.7.1	Seguro de responsabilidade .....	605
4	Conflito de interesses .....	606

## CAPÍTULO 11

	MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	611
1	Considerações gerais .....	611
1.1	Panorama histórico das modalidades de licitação até o advento da Lei nº 14.133/2021 .....	611
1.2	Panorama geral das modalidades de licitação na Lei nº 14.133/2021 .....	613
1.3	Modalidades especiais de licitação .....	614
2	O critério determinante para a utilização das modalidades pregão e concorrência: bens e serviços comuns e especiais .....	615
2.1	Considerações gerais .....	615
2.2	Bens e serviços comuns .....	616
2.3	Bens e serviços especiais .....	619
2.4	A preferência à modalidade pregão .....	620
2.4.1	Modalidade pregão obrigatória para bens e serviços comuns .....	622

2.5	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia .....	623
2.5.1	Perspectiva histórica diante da Lei nº 10.520/2002 .....	623
2.5.2	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia de acordo com a Lei nº 14.133/2021 .....	627
2.5.3	Serviços de engenharia consultiva.....	628
2.6	Serviços de natureza predominantemente intelectual .....	630
2.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação .....	631
2.8	A modalidade pregão venceu .....	633
3	Concurso .....	634
4	Leilão .....	635
5	Diálogo competitivo.....	637
5.1	Considerações gerais .....	637
5.2	Outros instrumentos de diálogo em contratação pública .....	638
5.3	Cabimento da modalidade diálogo competitivo.....	639
5.4	Procedimento da modalidade diálogo competitivo .....	640
6	Modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021 .....	643
6.1	Considerações gerais .....	643
6.2	Cabimento da modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021 .....	643
6.3	Características da modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021 .....	644
7	Modalidade especial para a contratação de serviços de publicidade .....	647
7.1	Características da modalidade especial de licitação para a contratação de serviços de publicidade .....	648

## CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DA LEI Nº 14.133/2021 .....	655
1 A estrutura procedimental da Lei nº 14.133/2021 .....	655
2 Licitação eletrônica e presencial .....	660
2.1 Considerações gerais .....	660
2.2 As vantagens da licitação eletrônica em relação à presencial.....	661
2.3 Desvantagens da licitação eletrônica em relação à presencial.....	663
2.4 Preferência à licitação eletrônica .....	665
3 Edital .....	669
3.1 Princípio da vinculação ao edital .....	669
3.2 Publicidade do edital .....	670
3.3 Prazo de publicidade dos avisos de editais.....	671
3.4 Alterações no edital .....	672
3.5 Impugnação e pedidos de esclarecimento sobre o edital .....	673
3.6 Contestação judicial do edital por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo.....	675
4 Saneamento de vícios .....	676
4.1 Formalidades .....	676
4.2 Saneamento de vícios: panorama histórico até o advento da Lei nº 14.133/2021 .....	678

4.3	Saneamento de vícios na Lei nº 14.133/2021 .....	683
4.4	A posição do Tribunal de Contas da União diante da Lei nº 14.133/2021 .....	686
4.5	O dever-poder geral de diligência .....	689
4.6	A obrigatoriedade de observância aos princípios da publicidade e do contraditório na realização de diligência .....	691
5	Recursos .....	692
6	Encerramento da licitação .....	696
6.1	Autoridade superior .....	696
6.2	Adjudicação e homologação .....	697
6.3	A anulação é medida excepcional .....	698
6.4	A revogação é medida excepcional .....	701
6.5	Contraditório e ampla defesa como condição para o desfazimento da licitação .....	702
6.6	A anulação ou revogação promovida pela autoridade na fase de homologação implica dever de indenização .....	704

### CAPÍTULO 13

<b>AS RESTRIÇÕES AO DIREITO DE ACESSO ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>		<b>707</b>
1	Considerações gerais .....	707
2	Impedimento para participar de licitações e celebrar contratos administrativos .....	708
2.1	Considerações gerais .....	708
2.2	As hipóteses de impedimento são taxativas .....	708
2.3	Impedimento para os autores dos projetos ou documentos equivalentes .....	711
2.4	Impedimento para agentes públicos e para pessoas com vínculos especiais com agentes públicos .....	715
2.4.1	Considerações gerais .....	715
2.4.2	Vínculos especiais de parentesco .....	716
2.4.3	Vínculos especiais de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil .....	717
2.5	Impedimento em razão de aplicação de sanção administrativa e desconsideração da personalidade jurídica .....	717
2.6	Impedimento de participação de empresas controladoras, controladas ou coligadas ..	723
2.7	Impedimento de participação de pessoas condenadas judicialmente por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista .....	724
3	Participação de empresas em consórcio .....	725
3.1	Discricionariedade para permitir a participação de empresas em consórcio .....	725
3.2	Limitação da quantidade de integrantes do consórcio e do percentual de participação das empresas consorciadas .....	726
3.3	A constituição do consórcio e regras internas de funcionamento .....	728
3.3.1	Responsabilidade solidária .....	728
3.3.2	Liderança .....	731

3.4	Acréscimo para a habilitação econômico-financeira de consórcio.....	732
3.5	Substituição de consorciado .....	733
4	Participação de empresas estrangeiras .....	735
4.1	Licitação internacional .....	735
4.2	Igualdade de condições para licitantes nacionais e estrangeiros .....	735
4.3	Licitações financiadas com recursos de organismos internacionais .....	739
5	Participação de cooperativas .....	741
6	Participação de pré-qualificados .....	745

## CAPÍTULO 14

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	749
1 Princípio do julgamento objetivo.....	749
2 Modos de disputa: aberto, fechado e combinado.....	749
2.1 Procedimentos em relação aos modos de disputa .....	751
2.2 Etapa de lances .....	752
3 Critérios de licitação .....	753
3.1 Considerações gerais .....	753
3.2 Menor preço .....	753
3.3 Maior desconto .....	754
3.4 Maior lance.....	755
3.5 Maior retorno econômico.....	757
3.5.1 A Instrução Normativa SEGES/ME nº 96/2022 .....	760
3.6 Melhor técnica ou conteúdo artístico.....	762
3.7 Técnica e preço.....	764
3.8 Critérios para o estabelecimento das notas técnicas .....	768
3.9 Ciclo de vida.....	774
4 Desempate.....	777
5 Verificação da conformidade das propostas.....	779
5.1 Considerações gerais .....	779
5.2 Momento para verificar a conformidade da proposta e em relação a quais licitantes .....	780
5.3 Apenas as propostas com vícios insanáveis podem ser desclassificadas .....	783
5.3.1 A oportunidade de saneamento antecede a desclassificação.....	784
5.4 Verificação da conformidade das propostas em relação ao objeto.....	785
5.4.1 Amostras ou provas de conceito .....	785
5.4.1.1 Amostras e prova de conceito em licitação eletrônica.....	787
5.4.2 Certificação de qualidade .....	788
5.4.3 Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível equivalente ou superior que tenha adquirido o produto .....	789
5.5 Verificação da conformidade das propostas em relação ao preço.....	790
5.5.1 Desclassificação de propostas de valores excessivos.....	790
5.5.2 Negociação .....	792

5.5.3	Desclassificação de propostas inexequíveis.....	795
5.5.4	Desclassificação de proposta inexequível em licitação destinada a obra e serviço de engenharia .....	796
5.5.4.1	O percentual do §4º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 aplicado às licitações com etapa de lances .....	798
5.5.4.2	O cálculo prescrito no §4º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 pode ser utilizado como subsídio para identificar proposta inexequível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia.....	799
5.5.5	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário .....	801

## CAPÍTULO 15

HABILITAÇÃO.....	805	
1	Conceito de habilitação .....	805
2	Princípio da competitividade.....	805
3	Procedimento para a habilitação na Lei nº 14.133/2021 .....	808
3.1	A ordem procedimental entre julgamento das propostas e habilitação .....	808
3.2	Preclusão administrativa sobre a habilitação.....	809
3.3	Saneamento de vícios e diligências em habilitação.....	809
3.4	A exceção procedimental tocante à regularidade fiscal.....	810
4	Requisitos e medidas de pré-habilitação.....	811
4.1	Declaração de atendimento dos requisitos de habilitação.....	811
4.2	Garantia .....	812
4.3	Registro cadastral.....	813
5	Documentos de habilitação na Lei nº 14.133/2021 .....	814
5.1	Dispensa de documentos de habilitação .....	814
5.2	Inexistência de discricionariedade para exigir outros documentos que não os previstos na Lei nº 14.133/2021.....	816
5.3	Forma de apresentação dos documentos de habilitação .....	817
6	Habilitação jurídica.....	818
7	Regularidade fiscal, social e trabalhista.....	820
7.1	Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal, social e trabalhista.....	820
7.2	Regularidade e quitação.....	820
7.3	Documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista .....	821
7.4	Cotas para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social .....	821
7.5	Sede ou domicílio do licitante .....	826
7.6	Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação .....	826
7.7	As certidões de regularidade e sua verificação por meio eletrônico .....	828
7.8	Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal.....	829
7.9	A certidão negativa de débitos trabalhistas.....	829
7.10	Cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal .....	830
8	Qualificação técnica.....	831

8.1	Considerações gerais .....	831
8.2	Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional .....	832
8.3	Comprovação de experiência por meio de atestados e outros documentos .....	832
8.3.1	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-profissional a obra e serviço .....	833
8.3.2	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-operacional a serviço .....	835
8.3.3	Comprovação da experiência em obra e serviço de engenharia .....	836
8.3.4	Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante.....	838
8.3.5	Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica .....	839
8.3.6	Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas relevantes e de valor significativo do objeto do contrato.....	840
8.3.7	Exigência de quantitativos mínimos.....	842
8.3.8	Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades .....	844
8.3.9	Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado .....	846
8.3.10	Atestados em nome de potencial subcontratada.....	846
8.3.11	Compartilhamento de experiência por empresas integrantes do mesmo grupo empresarial.....	848
8.3.12	Transferência de acervo técnico em razão de processos de reestruturação societária como fusão, cisão ou incorporação .....	849
8.3.13	A qualificação técnica do consórcio .....	850
8.3.14	A utilização pelas empresas consorciadas dos atestados emitidos em nome do consórcio.....	851
8.3.15	Experiência desabonadora.....	853
8.4	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados .....	855
8.4.1	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados com localização prévia .....	857
8.5	Atendimento de exigências previstas em lei especial .....	858
8.6	Inscrição na entidade profissional competente .....	858
8.7	Declaração de conhecimento das informações e condições locais.....	861
9	Qualificação econômico-financeira .....	863
9.1	Considerações gerais .....	863
9.2	Balanco patrimonial.....	863
9.2.1	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial.....	863
9.3	Coefficientes e índices econômicos.....	866
9.4	Capital social e patrimônio líquido mínimo.....	868
9.5	Relação de compromissos .....	869
9.6	Certidão negativa de falência.....	871
9.6.1	A habilitação de empresas em recuperação judicial.....	872
9.6.2	Qualificação econômico-financeira do consórcio .....	873

## CAPÍTULO 16

REGISTRO DE PREÇOS .....	875
1 Noções gerais .....	875
2 A Administração não é obrigada a firmar os contratos decorrentes da ata de registro de preços.....	877
3 Legislação sobre registro de preços .....	879
3.1 Regulamentação do registro de preços.....	880
4 Cabimento do registro de preços.....	881
4.1 Discricionariedade para a adoção do registro de preços.....	881
4.2 Registro de preços para serviços, inclusive contínuos.....	883
4.3 Registro de preços para obras e serviços de engenharia .....	885
5 Licitação para promover registro de preços .....	891
5.1 Previsão de quantitativos .....	892
5.2 Desnecessidade de adequação orçamentária para lançar licitação de registro de preços .....	893
5.3 Intenção de registro de preços: registro de preços compartilhado por mais de um órgão ou entidade administrativa .....	895
5.3.1 Desnecessidade de aprovação pela assessoria jurídica do órgão participante .....	898
5.3.2 Participação de órgãos de entes federativos diferentes.....	898
5.4 Contratação direta .....	900
5.5 Cadastro de reserva .....	903
6 Ata de registro de preços .....	904
6.1 Aprovação da ata de registro de preços pela assessoria jurídica .....	906
6.2 Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços .....	907
6.3 Alteração incidente sobre o objeto da ata de registro de preços.....	909
6.4 O equilíbrio econômico-financeiro de ata de registro de preços .....	912
6.5 Reajuste e repactuação da ata de registro de preços .....	918
7 Cancelamento do registro do fornecedor e do registro de preços .....	920
8 Adesão à ata de registro de preços .....	921
8.1 Panorama histórico .....	921
8.2 Inconstitucionalidade da adesão à ata de registro de preços.....	924
8.3 Limites para a adesão à ata de registro de preços.....	926
8.4 Procedimento para a adesão à ata de registro de preços.....	928
8.5 Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas.....	932
8.6 A vedação à adesão à ata de registro de preços municipal .....	934
8.7 Adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto de ata de registro de preços mantida pelo órgão ou pela entidade.....	935
8.8 Adesão à mesma ata de registro de preços em mais de uma oportunidade pelo mesmo órgão.....	935
8.9 Não é permitido aos órgãos gerenciador e participantes aderirem à ata de registro de preços .....	936
8.10 Aditivos à ata de registro de preços aderida .....	936
9 Remanejamento de quantitativos registrados em ata .....	937

10	Contrato decorrente de ata de registro de preços.....	938
10.1	Duração dos contratos de prestação de serviços contínuos decorrentes de ata de registro de preços.....	939

## CAPÍTULO 17

<b>FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>		<b>941</b>
1	Conceito de contrato administrativo.....	941
2	O fracasso dos contratos administrativos.....	945
3	Contratos regidos por legislação própria.....	949
4	Princípio da vinculação ao edital em relação aos contratos administrativos.....	952
4.1	Contratação em condições diversas das previstas no edital.....	952
4.2	Elementos que admitem contratação em condições diversas das obtidas na licitação.....	954
4.3	Contradição involuntária entre o instrumento convocatório e o contrato.....	955
5	Cláusulas contratuais necessárias no regime da Lei nº 14.133/2021.....	956
5.1	Cláusula contratual de matriz de riscos.....	959
6	O conteúdo dos contratos administrativos nas situações em que a legislação dispensa o termo de contrato.....	960
7	Garantia contratual.....	962
7.1	Espécies de garantia.....	962
7.2	Da conveniência em exigir garantia contratual básica.....	962
7.3	Das modalidades de garantia contratual básica.....	964
7.4	Limite à garantia contratual básica.....	965
7.4.1	O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração.....	966
7.5	Momento para a apresentação da garantia.....	966
7.6	Cobertura da garantia.....	968
7.7	Desnecessidade de majoração da garantia em razão de alteração do valor do contrato.....	969
7.8	Substituição da garantia.....	969
7.9	Restituição da garantia contratual básica.....	970
7.10	Garantia com cláusula de retomada.....	972
7.11	Garantia adicional.....	975
7.11.1	O valor da garantia adicional.....	976
7.11.2	Inconstitucionalidade da garantia adicional.....	976
8	Direitos autorais sobre projetos ou serviços técnicos especializados.....	977
8.1	A transferência de direitos autorais deve ser prevista no instrumento de contrato e não se presume.....	977
8.2	A faculdade de não previsão de transferência de direitos autorais nos casos de contratos que envolvam sistemas de informática e equivalentes.....	979
8.3	Direitos autorais morais e patrimoniais e a previsão de que a Administração pode alterar obra autoral sem a concordância ou a participação do autor.....	980
9	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	982
10	A formalização do contrato administrativo.....	987

10.1	O vencedor da licitação não tem direito ao contrato .....	987
10.2	A convocação para contratar e os efeitos da recusa do adjudicatário .....	989
10.3	A forma do contrato administrativo .....	993
10.4	Contrato escrito e contrato verbal.....	994
10.5	Instrumento de contrato e outros instrumentos congêneres .....	995
11	Publicidade do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) .....	997
11.1	Publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e aditamentos.....	999
11.2	Efeito da não publicação do contrato e aditamentos .....	1000

## CAPÍTULO 18

<b>DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>		<b>1003</b>
1	Validade, vigência e eficácia dos contratos administrativos .....	1003
2	Prazo de vigência e prazo de execução.....	1004
3	Contrato por prazo certo e contrato por escopo.....	1004
4	A regra geral que vincula a duração dos contratos administrativos aos créditos orçamentários .....	1005
4.1	O prazo de duração referido no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado como prazo de execução .....	1007
5	Contratos cujas despesas são previstas no plano plurianual.....	1008
6	Serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e programas de informática .....	1009
6.1	Abrangência da exceção.....	1009
6.2	Requisitos para que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática sejam firmados com previsão de duração inicial superior ao crédito orçamentário .....	1010
6.3	Extinção antecipada sem ônus para a Administração .....	1011
6.4	Prorrogação de serviços e fornecimentos contínuos .....	1015
6.4.1	Condições para a prorrogação: previsão no edital e manutenção de condições e preços vantajosos para a Administração .....	1016
6.4.2	A prorrogação é ato discricionário e bilateral .....	1019
6.4.3	Os requisitos procedimentais para a prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos .....	1019
6.4.4	Prorrogação com efeito de renovação contratual .....	1020
6.4.5	Prorrogação e limites às alterações quantitativas.....	1021
6.4.6	A prorrogação do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 não se aplica para os contratos de aluguel de equipamento e utilização de programas de informática .....	1022
6.5	Limites de prazos contratuais específicos.....	1022
6.6	Prazo de vigência .....	1023
6.6.1	Prazo de vigência deve ser determinado .....	1023
6.6.2	A prorrogação automática da vigência dos contratos de escopo.....	1025
6.6.3	Prorrogação de contratos em razão do descumprimento do prazo de execução, com ou sem culpa do contratado .....	1028

6.6.4	Assinatura de termo aditivo de prorrogação após o término do prazo de vigência....	1030
7	Duração dos contratos regidos predominantemente pelo direito privado.....	1032

## CAPÍTULO 19

<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL.....</b>		<b>1035</b>
1	Importância da fase de execução do contrato.....	1035
2	O dever da Administração de acompanhar e fiscalizar a execução dos seus contratos.....	1036
3	O gestor e o fiscal do contrato administrativo.....	1037
4	Atuação e responsabilidade do fiscal.....	1039
5	A proibição de recusa à designação para atuar na fiscalização e na gestão de contrato .....	1042
6	Desvio de função em relação à fiscalização dos contratos administrativos.....	1045
7	Contratação de terceiro para auxiliar o fiscal do contrato.....	1046
8	O preposto do contratado .....	1048
9	Subcontratação.....	1049
9.1	Noções gerais .....	1049
9.2	Distinção entre subcontratação e cessão .....	1050
9.3	Condições gerais para a subcontratação.....	1050
9.4	Impedimento para subcontratação.....	1052
9.5	A subcontratação não deve abranger as parcelas de maior relevância e de valor significativo do contrato.....	1053
9.6	Pagamento direto à subcontratada.....	1055
10	Recebimento.....	1057
10.1	Procedimento para o recebimento provisório e definitivo.....	1058
11	Pagamento .....	1061
11.1	Pagamento de parte incontroversa .....	1063
11.2	Pagamento antecipado.....	1063
12	A situação de irregularidade fiscal ou previdenciária não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados .....	1067
13	O registro no Cadin não impede a contratação e não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados.....	1071
14	Medidas diante da possibilidade de responsabilização da Administração pelo inadimplemento trabalhista e previdenciário do contratado em terceirização de serviços com dedicação exclusiva de pessoal.....	1072
15	Conta vinculada e pagamento pelo fato gerador .....	1079
16	Remuneração variável .....	1080
17	Os pagamentos devem ser realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas.....	1082
17.1	As disposições da Instrução Normativa SEGES nº 77/2022 sobre a ordem cronológica para os pagamentos.....	1085
18	O direito subjetivo dos contratos de exigir que os pagamentos sejam realizados de acordo com a ordem cronológica .....	1086

## CAPÍTULO 20

## ALTERAÇÃO INCIDENTE SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	1091
1 Alteração contratual unilateral como expressão da supremacia do interesse público.....	1091
2 Alteração contratual é exceção.....	1091
3 Alterações contratuais provocadas por fatos novos e imprevisíveis e para corrigir defeitos do projeto básico ou documento equivalente.....	1092
4 Alteração contratual não pode transfigurar o objeto do contrato.....	1094
5 Alterações quantitativas e qualitativas.....	1096
6 Limites às alterações unilaterais quantitativas.....	1099
7 Limites às alterações consensuais quantitativas e às alterações qualitativas.....	1101
7.1 Crítica à Decisão nº 125/199, do Plenário, do Tribunal de Contas da União.....	1104
8 Proibição de compensação entre acréscimos e supressões.....	1108
9 Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço global.....	1111
10 Alterações contratuais em contratação integrada e semi-integrada.....	1117
11 Relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base para aditivos que importam ingresso de novos itens.....	1120
12 Diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência.....	1121
13 Limites às alterações contratuais em contratos cujos quantitativos e valores são meramente estimados.....	1123
14 Os limites às alterações devem ser calculados de acordo com o parâmetro de julgamento.....	1124
15 Alteração contratual e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	1125
16 Indenização em caso de supressão do objeto.....	1126
17 Formalização da alteração contratual.....	1127
18 Antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	1128
18.1 Considerações introdutórias.....	1128
18.2 Formalização da antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	1133
18.3 A antecipação dos efeitos da alteração contratual e os direitos patrimoniais do contratado.....	1135

## CAPÍTULO 21

## EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	1137
1 Direito constitucional ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1137
1.1 Limitações decorrentes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal sobre a competência do Poder Legislativo e da Administração Pública para dispor sobre o direito ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1138
1.1.1 Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro vale para todos os contratos da Administração Pública.....	1138

1.1.2	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes .....	1139
1.1.3	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração.....	1140
1.1.4	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro não depende da inviabilização do contrato ou do contratado passar a incorrer em prejuízo.....	1140
1.1.5	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro é referente ao momento da apresentação da proposta .....	1141
1.1.6	Implicação constitucional: não deve haver hiatos de desequilíbrio econômico-financeiro .....	1141
2	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por meio da Lei nº 14.133/2021 ..	1142
2.1	A abrangência da sistemática da Lei nº 14.133/2021 sobre equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1142
2.2	O reconhecimento legal do direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração.....	1142
2.3	Instrumentos da Lei nº 14.133/2021 para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro .....	1143
3	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração por meio da matriz de riscos .....	1144
4	Reajuste .....	1147
4.1	Conceito de reajuste .....	1147
4.2	A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital e no contrato .....	1148
4.3	Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato.....	1148
4.4	Prazo para o reajuste deve ser contado da data do orçamento estimado .....	1151
4.5	A anualidade do reajuste .....	1153
4.6	Reajuste deve ser concedido de ofício.....	1157
4.7	Pagamento do reajuste retroativo caso a Administração o reconheça posteriormente.....	1158
4.8	Reajuste anterior à assinatura do contrato.....	1159
4.9	Forma de reajustamento.....	1160
5	Repactuação .....	1161
5.1	Conceito de repactuação .....	1161
5.2	Demonstração analítica de aumento dos custos .....	1163
5.3	Fragmentação da repactuação em relação aos custos de mercado e aos custos de mão de obra.....	1165
5.4	Fragmentação da repactuação em contratos que envolvem mais de uma categoria profissional.....	1165
5.5	Procedimento para a repactuação .....	1166
5.6	Efeitos retroativos da repactuação .....	1167
6	Revisão .....	1167
6.1	Conceito de revisão.....	1167
6.2	Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato.....	1168
6.3	Não há periodicidade mínima para a revisão .....	1168

6.4	Pressupostos para a revisão do contrato .....	1169
6.4.1	Considerações gerais .....	1169
6.4.2	Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante.....	1169
6.4.3	Teoria da imprevisão .....	1170
6.4.3.1	A teoria da imprevisão da Lei nº 14.133/2021 é substancialmente diferente da teoria da previsão do Código Civil .....	1171
6.4.3.2	Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe .....	1172
6.4.4	O desequilíbrio econômico-financeiro pressupõe evento que causa impacto na equação econômico-financeira.....	1174
6.5	A revisão contratual não deve ser concedida de ofício.....	1178
6.6	Efeitos do reconhecimento do direito à revisão .....	1178
6.7	Revisão anterior à assinatura do contrato.....	1179
6.8	Procedimento para a revisão.....	1180
6.9	A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão .....	1181
7	O fim da vigência contratual ou a celebração do termo aditivo de prorrogação importam na preclusão do direito ao equilíbrio econômico-financeiro .....	1181
8	Preclusão lógica, boa-fé contratual e <i>venire contra factum proprium</i> em relação aos aditivos contratuais.....	1187

## CAPÍTULO 22

	EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1191
1	Extinção normal e anormal dos contratos administrativos .....	1191
2	Nulidade .....	1191
2.1	A nulidade não exonera a Administração da obrigação de indenizar o contratado....	1194
2.2	Demais hipóteses de extinção anormal do contrato administrativo prescritas na Lei nº 14.133/2021 .....	1198
3	Hipóteses de extinção administrativa .....	1198
3.1	Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais .....	1198
3.2	Desatendimento das determinações regulares do fiscal ou do gestor do contrato.....	1199
3.3	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada .....	1199
3.4	Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado .....	1200
3.5	Caso fortuito e força maior .....	1201
3.6	Atraso na licença ambiental e liberação de área ou alteração substancial de projeto dela resultante .....	1201
3.7	Interesse público.....	1203
3.8	Descumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.....	1204
4	Processo administrativo para a extinção no interesse da Administração .....	1204
5	Efeitos da extinção administrativa .....	1207

6	Hipóteses de extinção judicial.....	1210
6.1	Supressão unilateral acima do limite legal .....	1210
6.2	Suspensão da execução do contrato.....	1211
6.3	Exceção do contrato não cumprido .....	1213
6.4	Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execução do contrato.....	1216
7	Efeitos da extinção judicial ou por arbitragem .....	1216
8	Os efeitos da extinção de contrato fundada em interesse público .....	1218
9	Extinção consensual .....	1219
10	Extinção anormal do contrato administrativo por meio de condição resolutiva, inclusive com previsão em matriz de riscos.....	1222

## CAPÍTULO 23

### SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	1225	
1	Noções gerais.....	1225
2	Advertência .....	1226
3	Multa .....	1227
3.1	Noções gerais.....	1227
3.2	Multa moratória e compensatória.....	1229
3.3	Limites e parâmetros para a fixação das multas .....	1231
3.4	Aplicação da multa.....	1232
3.5	Parcelamento dos valores devidos a título de multa .....	1233
4	Impedimento de licitar e contratar .....	1234
5	Declaração de inidoneidade .....	1235
5.1	A alternativa entre o impedimento de licitar e o impedimento de contratar.....	1235
5.2	Declaração de inidoneidade é sanção de dimensão nacional .....	1236
6	Tipicidade .....	1238
6.1	A correlação apriorística dos tipos abertos com as sanções.....	1240
7	Proporcionalidade e dosimetria.....	1242
8	Processo administrativo.....	1249
9	Reabilitação .....	1255
10	Desconsideração da personalidade jurídica .....	1257
11	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente.....	1258
REFERÊNCIAS .....	1261	